



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Territórios, questão agrária e lapso ambiental

A mobilidade urbana enquanto objeto de reflexão de assistentes sociais

Larissa Gonçalves Gomes¹

Daniele Batista Brandt²

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar a presença do tema do transporte e da mobilidade urbana na produção teórica de assistentes sociais publicada nos anais do CBAS e do ENPESS. Encontra-se dividido em quatro seções, onde a primeira apresenta a introdução e o percurso metodológico da pesquisa, a segunda apresenta o desenvolvimento com o mapeamento das produções, a terceira as considerações finais com as principais tendências observadas, as contribuições e lacunas neste debate, a quarta as referências utilizadas.

Palavras-chave: mobilidade urbana; serviço social; estudo; trabalhos publicados.

Urban mobility as a subject of reflection for Social Workers

Abstract: The purpose of this article is to analyze the presence of the theme of transportation and urban mobility in the theoretical work of social workers published in the proceedings of CBAS and ENPESS. It is divided into four sections: the first presents the introduction and the research methodology; the second presents the main body of the study, including a mapping of the works; the third presents the final considerations, including the main trends observed, the contributions, and the gaps in this debate; and the fourth lists the references used.

Keywords: urban mobility; social work; study; published works.

1. Introdução

O presente trabalho analisa a presença do tema do transporte e da mobilidade urbana na produção teórica de assistentes sociais publicada nos anais dos principais eventos da categoria, CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais) e do ENPESS (Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social).

A mobilidade urbana, enquanto uma prática socioespacial presente na vida cotidiana, é essencial para o exercício de direitos sociais, bem como do direito à cidade. Atualmente a mobilidade urbana se configura enquanto um tema análise importante para

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e Especializanda do Curso de Especialização em Serviço Social e Saúde na Modalidade de Residência da Uerj. Email: larissaseso@hotmail.com.

² Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Uerj, Professora do Departamento de Fundamentos Teórico-Práticos do Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Uerj, Vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Urbano, Vida Cotidiana e Serviço Social – UrbanoSS, da Uerj, Procientista da Uerj. E-mail: danielle.brandt@uerj.br

entender as formas atuais de desigualdade, exclusão e acesso desigual às políticas públicas nas cidades. Levando em conta que a profissão se desenvolveu historicamente em interação com as manifestações da questão social e com as mudanças sociais em andamento, torna-se relevante questionar como esse tema tem sido abordado e discutido no âmbito do Serviço Social.

Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a produção bibliográfica sobre transporte e mobilidade urbana nos principais encontros acadêmico-profissionais do Serviço Social nos últimos dez anos, período de vigência da nova redação do art. 6º da Constituição Federal, após a aprovação da EC nº 90/2015, que incluiu o transporte no rol de direitos sociais. E como objetivos específicos: (1) mapear as produções sobre o tema nos anais do CBAS e do ENPESS; (2) identificar as principais tendências presentes na abordagem do tema; (3) discutir suas principais contribuições e lacunas para a produção de conhecimentos e de práticas do Serviço Social.

É oriundo de pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, que compõe trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social, defendido em 2026. Foi realizada por meio do levantamento de trabalhos sobre o tema, com autoria de assistentes sociais, publicados nos anais do CBAS e do ENPESS, analisados à luz do método crítico dialético orientado pela teoria marxiana. Os dois eventos foram escolhidos por serem ambientes consolidados dentro do Serviço Social, significativos para a produção teórica da profissão no país. O universo pesquisado contemplou os anais do CBAS de 2016, 2019 e 2022, bem como do ENPESS de 2018, 2022 e 2024, disponíveis na página eletrônica dos referidos eventos.

O levantamento dos trabalhos ocorreu por meio da utilização dos filtros de busca disponíveis nos anais de cada evento, a partir dos descritores “transporte” e “mobilidade urbana”, assim como pela análise do conteúdo dos trabalhos. A seleção dos trabalhos considerou aqueles que referiam-se a tais termos ao longo do texto e abordavam a temática enquanto foco de reflexão. Por fim, foram excluídos os trabalhos que não abordaram de forma central as temáticas analisadas, a fim de assegurar a coerência metodológica e analítica da pesquisa.

2. Apontamentos teóricos sobre mobilidade urbana e transporte

Antes de iniciar a discussão sobre a construção do conceito da mobilidade urbana, faz-se necessário introduzir de forma sucinta o conceito de transporte, distanciando o “meio” (transporte) do “fim” (mobilidade urbana).

O transporte em uma visão simplista e tradicional, é compreendido como fenômeno técnico e mecânico de deslocamento intencional de pessoas e mercadorias para satisfação de uma expectativa individual ou coletiva, nessa relação entre os sujeitos, a mobilidade se torna propriedade do que pode ser transportado (Magalhães, Aragão e Yamashita, 2014, p.9). A partir desse sentido, a mobilidade urbana é um conceito que descreve e abrange as condições e a facilidade de deslocamento no espaço urbano, Henri Lefebvre não escreve sobre a mobilidade urbana propriamente dita, mas suas escritas fazem refletir sobre tal conceito, para ele a organização do espaço urbano expressa relações sociais historicamente construídas (Lefebvre, 1991, p.58), revelando-nos que a mobilidade está inserida na lógica de produção capitalista da cidade.

Em concordância com essa visão macroestrutural, Vasconcellos (2016, p. 64) destaca que o acesso à mobilidade constitui um marcador das desigualdades urbanas, influenciando diretamente a vida cotidiana da classe trabalhadora, que é forçadamente prejudicada. Essa articulação entre os autores traz uma visão mais límpida sobre a mobilidade urbana no campo da economia política de uma cidade.

De acordo com o geógrafo Milton Santos, “Quem mais ganha, viaja. Quem ganha pouco quase não se locomove.” (Santos, 1990, p. 86), portanto, a mobilidade não depende apenas do espaço palpável e físico, mas sim das condições sociais na qual o indivíduo está inserido, ou seja, a capacidade de circular está ligada de forma intrínseca à desigualdade social. Ademais, essa é exatamente a crítica tecida por Santos através do conceito de “imobilidade relativa” em seu livro *Metrópole Corporativa Fragmentada*, significando que parte da população pobre e periférica que faz grandes deslocamentos diários para ir ao trabalho ou fica limitada ao espaço local (Santos, 1990, p. 85). Esse conceito demonstra que a mobilidade urbana é, primeiramente, uma experiência influenciada socialmente, na qual os indivíduos não têm as mesmas oportunidades de circulação e uso do espaço urbano.

Outro autor das ciências humanas que faz-se necessário a leitura para compreender a desigualdade da mobilidade urbana é o Dr.º Ricardo Barbosa da Silva, que elabora o conceito de “mobilidade precária”, em sua tese *Mobilidade Precária na Metrópole*, ele ressalta que:

[...] se refere às condições de deslocamentos cotidianos das pessoas na metrópole de São Paulo, que revela a mobilidade como recurso, esta desigual e cada vez mais rara para a maioria das pessoas, sejam elas no transporte coletivo ou no transporte individual, que de alguma forma leva as pessoas aos constrangimentos do tempo perdido no trânsito, submetidas aos imensos congestionamentos e aos transportes coletivos ineficientes e superlotados, expondoas a uma condição de vulnerabilidade relacionada aos acidentes no trânsito e aos problemas socioambientais daí decorrentes. (Silva, 2014, p.43)

Portanto, o conceito retrata justamente as condições limitantes de indivíduos em seus deslocamentos na metrópole, cerceado por inúmeros aspectos como a imprevisibilidade, lentidão e dependência de redes de transporte insuficientes, afetando diretamente a qualidade de vida da classe trabalhadora. (Silva, 2014, p.44). O que reforça a importância da problematização de tal temática pelos Assistentes Sociais, por ser uma categoria na qual lida diretamente com expressões da questão social, buscando diretamente ir contra a desigualdade social.

Entretanto, essa disparidade na mobilidade urbana não se manifesta somente em termos de classe, mas também de raça. Nesse contexto, estudos recentes têm explorado a ideia da mobilidade antirracista, que procura entender de que maneira o racismo estrutural influencia os deslocamentos e o acesso à cidade de corpos negros. Os autores Santini, Santarém e Albergaria (2021, p. 9) possuem uma frase que impacta o primeiro olhar e de grande reflexão sobre a mobilidade urbana no Brasil, “Nem todo mundo que vive em uma cidade pode usufruir do que ela oferece”. Aprofundando a análise da frase:

O preço das passagens e a oferta de transporte disponibilizada em territórios majoritariamente negros, periféricos e de favela deixam trabalhadoras e trabalhadores sem a opção de ir para outro bairro, conhecer museus, visitar parques e espaços abertos. Os espaços culturais e de lazer também são edificadas a partir de uma dimensão marcada por desigualdades raciais, observando-se a concentração de oportunidades nas áreas mais elitizadas e o sistemático esvaziamento de políticas públicas culturais nos territórios de periferia e favelas. A maioria, formada de negros e negras, é confinada em espaços limitados para morar, para trabalhar. (Santini, Santarém e Albergaria, 2021, p. 10)

O trecho supracitado evidencia que a mobilidade urbana não é apenas um desafio técnico, mas também político e racial, que se tornou um instrumento para limitar e segregar o acesso às metrópoles. Para Brandt (2018, p. 65), “a mobilidade urbana deve ser pensada sob o ponto de vista do uso e da ocupação do solo, de forma a garantir o acesso universal à infraestrutura, equipamentos e serviços da cidade a toda população”, para a autora trata-se de uma questão de justiça espacial e direito à cidade, por isso, um planejamento adequado do território é essencial para garantir acesso universal e reduzir desigualdades.

Nesse cenário, a mobilidade urbana transcende o transporte e engloba o direito à cidade, sendo fundamental para garantir a todas as pessoas a chance de aproveitar, transformar e se envolver ativamente na vida urbana. Dessa forma, ao combinar diversas contribuições teóricas fica evidente que a mobilidade urbana vai além da locomoção, é sobretudo uma vivência social permeada por classe, raça, gênero e território.

Ao relacionar ideias como imobilidade relativa, mobilidade precária, mobilidade antirracista e direito à cidade, fica claro que a mobilidade é tanto resultado quanto geradora das desigualdades nas cidades. Portanto, um objeto crucial de análise para o Serviço Social, pois afeta diretamente o cotidiano de usuários(as) atendidos, impactando no acesso, deslocamento e direito de usufruir a cidade, afetando a forma como indivíduos interagem com o espaço urbano.

3. O debate sobre mobilidade urbana e transporte no Serviço Social

O universo da pesquisa contemplou 4.460 trabalhos publicados no CBAS e 3.029 trabalhos publicados no ENPESS, que juntos totalizaram 7.489 escritos. Desse montante, foram identificados 9 trabalhos sobre a temática no CBAS e 7 no ENPESS, totalizando 16 estudos. Portanto, delimitou-se a presente amostra, que corresponde a 0,21% dos trabalhos publicados nestes eventos.

Da amostra, foram extraídos os seguintes dados: (1) evento/ano; (2) título do trabalho; (3) autor(es); (4) tipo do trabalho (reflexão teórica, resultado de pesquisa ou relato de experiência); (5) região e o estado de origem do(s) autor(es); (6) ênfase do trabalho (formação profissional, trabalho profissional, política urbana/social ou movimentos sociais):

Tabela 1 - Tendências presentes nas produções com análise de cada trabalho

Evento	Título	Autor(es)	Tipo	Região e Estado	Ênfase
15º CBAS 2016	Mobilidade urbana x desenvolvimento: um olhar sobre a Ponte Rio Negro Manaus (AM)	Ana Maria Menezes Fonseca; Angela Emilia Gama da Silva	Reflexão teórica	Norte (AM)	Política urbana/social
	O acesso ao transporte e a mobilidade urbana das pessoas com doença renal crônica na cidade do Rio de Janeiro	Rodriane de Oliveira Souza; Amanda Pereira Nunes	Resultado de pesquisa	Sudeste (RJ)	Política urbana/social
	O acesso ao sistema de gratuidade de transportes dos usuários das terapias renais substitutivas do Hospital Universitário Pedro Ernesto em questão	Rodriane de Oliveira Souza; Gabriella Berçot Barroso de Moraes	Resultado de pesquisa	Sudeste (RJ)	Política urbana/social
	O discurso e a prática da gestão democrática no conselho de transporte do município de Belém/PA.	Jefferson Franco Rodrigues; Olinda Rodrigues Da Silva	Resultado de pesquisa	Norte (PA)	Política urbana/social; movimentos sociais
	Transporte coletivo no Brasil: Serviço público ou mercadoria?	Daniele Batista Brandt	Reflexão teórica	Sudeste (RJ)	Política urbana/social
	A importância do programa de auxílio transporte para a permanência dos estudantes no IFRN Campus São Gonçalo do Amarante	Carina Lilian Fernandes Pinheiro; Celly Franck Da Cruz Moura	Resultado de pesquisa	Nordeste (RN)	Política urbana/social
16º ENPES S 2018	O debate em torno da política de assistência estudantil: a permanência das estudantes do curso de Serviço Social da UECE	Viviane de Araújo Menezes; Laura Maria Cunha	Resultado de pesquisa	Nordeste (CE)	Política urbana/social

	Questão urbana e direito à cidade: a (in) mobilidade na vida das mulheres	Mércia Maria Alves da Silva	Reflexão teórica	Nordeste (PE)	Política urbana/social
	Direito à cidade, lutas sociais e produção do espaço no capitalismo contemporâneo	Cristina Baltazar	Resultado de pesquisa	Norte (PA)	Movimentos sociais
	Política de transporte e mobilidade urbana: desafios, tensões e perspectivas à gestão democrática	Jefferson Franco Rodrigues	Resultado de pesquisa	Norte (PA)	Política urbana/social
16º CBAS 2019	Transporte sanitário eletivo: a (i)mobilidade urbana das pessoas com deficiências e/ou doenças crônicas no RJ	Daniele Batista Brand	Resultado de pesquisa	Sudeste (RJ)	Política urbana/social
	Implementação do modelo único de avaliação da deficiência no Brasil e direito à mobilidade: uma análise da validação de conteúdo do índice de funcionalidade brasileiro para concessão da gratuidade no transporte para pessoas com deficiência	Adelita Pereira de Lima; Livia Barbosa Pereira	Resultado de pesquisa	Centro-Oeste (DF)	Política urbana/social
17º CBAS 2022	Entre os distritos de cidade Tiradentes e Grajaú: a percepção dos moradores de habitações de interesse social face a mobilidade urbana	Cristina Baltazar	Resultado de pesquisa	Sudeste (SP)	Política urbana/social
17º ENPES S 2022	Rede de saúde e oncologia: Os desafios do acesso à atenção domiciliar e ao transporte sanitário na cidade do Rio de Janeiro.	Carolina Cardoso Tricarico	Resultado de pesquisa	Sudeste (RJ)	Política social
18º ENPES S 2024	O transporte precário e as mulheres da periferia: um estudo da linha de ônibus Bela Vista Lagoa (304)	Viviane de Araújo Menezes	Resultado de pesquisa	Nordeste (CE)	Política urbana/social
	Mobilidade urbana e gestão democrática na cidade do Rio de Janeiro	Daniele Batista Brand	Resultado de pesquisa	Sudeste (RJ)	Política urbana/social

Fonte: Elaboração própria, 2026

A análise das produções apresentadas no CBAS e ENPES revela tendências coerentes na abordagem do transporte e da mobilidade urbana no âmbito do Serviço Social. Os dados destacam a importância do assunto na análise das desigualdades

socioespaciais e na garantia de direitos sociais no cenário urbano brasileiro. Entretanto, cabe ressaltar que produções sobre mobilidade urbana e transporte é visivelmente baixa e ocupa um papel subalternizado relacionado a temáticas abordadas em tais eventos.

Em relação ao tipo de trabalho, nota-se uma predominância de resultados de pesquisas, principalmente estudos empíricos e documentais, seguidos por considerações teóricas. Esse dado sugere que o debate sobre mobilidade urbana tem se fortalecido mais no campo da pesquisa acadêmica do que na organização de práticas profissionais. A escassez ou raridade de relatos de experiência indica um desafio persistente na área: converter a experiência profissional em produção teórico-metodológica organizada.

Quanto à distribuição regional das produções, há uma concentração significativa de trabalhos na Região Sudeste, seguida pelas regiões Norte e Nordeste, enquanto o Centro-Oeste aparece de forma bastante residual. Essa concentração regional evidencia não apenas a disparidade na produção acadêmica do país, mas também a conexão entre a gravidade dos problemas urbanos e o surgimento do debate acadêmico. O Sudeste, caracterizado por processos acentuados de metropolização e segregação socioespacial, se transformou em um espaço privilegiado para discutir a mobilidade urbana como reflexo da questão social.

No que diz respeito ao recorte temporal, o ano de 2016 no qual ocorreu o 15º CBAS, registrou o maior número de produções, coincidentemente em um período de intensificação das disputas em torno das políticas sociais e urbanas na conjuntura do país, já nos anos subsequentes, nota-se uma certa variação, porém o tema permanece na pauta de pesquisa.

A análise do estado de origem dos pesquisadores, destaca a centralidade do Rio de Janeiro nas discussões sobre transporte e mobilidade urbana, seguido pelos Estados do Pará e Ceará. Esse dado demonstra tanto a concentração institucional da produção acadêmica quanto a importância dos problemas de mobilidade urbana nessas áreas.

Em termos de foco temático, a maioria dos estudos se concentra na política urbana e social, considerando o transporte e a mobilidade urbana como direitos sociais essenciais e como componentes fundamentais para o acesso às políticas públicas de saúde, educação, assistência social e trabalho. Em menor escala, há pesquisas que se concentram nos movimentos sociais, especialmente aqueles que abordam o direito à cidade, a gestão democrática e as lutas urbanas. Já as dimensões da formação profissional e do trabalho

profissional, se manifestam de forma indireta, ligadas à participação do assistente social nas políticas públicas e nos âmbitos de controle social.

Em suma, a análise dos trabalhos sugere que a discussão sobre transporte e mobilidade urbana no Serviço Social brasileiro está firmemente fundamentada na crítica às desigualdades urbanas e na afirmação da mobilidade como um direito social, reforçando sua importância na compreensão atual da questão urbana.

4. Considerações finais

A investigação das produções relacionadas ao transporte e à mobilidade urbana apresentadas nos CBAS e ENPESS demonstram contribuições significativas para o campo do Serviço Social, ao passo que expõe lacunas teóricas, metodológicas, regionais e políticas que ainda precisam ser exploradas mais a fundo.

Em geral, os estudos examinados aprofundam a compreensão da mobilidade urbana tanto como manifestação da questão social quanto como aspecto fundamental do direito à cidade, indo além das abordagens puramente técnicas do transporte.

Uma das principais contribuições é o estabelecimento de uma perspectiva crítica, na qual o transporte e a mobilidade urbana são vistos como direitos sociais, fortemente influenciados pelas desigualdades socioespaciais geradas pelo capitalismo e sua influência no espaço urbano.

As pesquisas mostram como a precariedade do transporte afeta diretamente o acesso da população a serviços como saúde, educação, assistência social e trabalho. O que, consequentemente, cerceia mais intensamente grupos socialmente vulneráveis, como mulheres, pessoas com deficiência, doentes crônicos, estudantes, moradores de áreas urbanas periféricas, etc. Nesse contexto, as produções ajudam a reforçar a importância da política urbana na agenda do Serviço Social, como um tema essencial para futuras ações e debates da categoria.

Todavia, um ponto importante que também deve ser destacado é a escassez de estudos sobre transporte e mobilidade urbana nos CBAS e ENPESS, especialmente em relação à importância do tema para o cotidiano da população que é usuária de políticas sociais e previdenciárias. A escassa presença do tema nesses eventos destaca o quanto o transporte e a mobilidade urbana continuam sendo negligenciados e pouco debatidos em ocasiões fundamentais para a profissão, apesar de sua conexão direta com o acesso aos

direitos sociais e com a prática profissional do assistente social, a falta desses temas evidencia uma deficiência política e acadêmica que impede a consolidação do assunto como um eixo central do debate profissional.

Além disso, nota-se que, mesmo entre as pesquisas disponíveis, há poucos relatos de experiência e estudos focados diretamente no trabalho profissional do assistente social na área da mobilidade urbana. Apesar de muitos textos abordarem a relação do profissional com as políticas públicas, há poucas análises que sistematizam práticas profissionais, desafios ético-políticos e estratégias de intervenção no dia a dia institucional, o que corroborará e dificulta a criação de referenciais para a atuação profissional.

Outra lacuna significativa diz respeito à disparidade regional na produção acadêmica, com uma grande concentração de estudos nas regiões Sudeste e Nordeste, especialmente no estado do Rio de Janeiro. O que dificulta a compreensão das diversas realidades territoriais e das variadas estruturas dos sistemas de transporte e mobilidade urbana no Brasil.

Em conclusão, observa-se uma incipiente conexão entre mobilidade urbana e formação profissional em Serviço Social, dado que são poucos os estudos que abordam diretamente a relação do tema com as Diretrizes Curriculares, os projetos pedagógicos dos cursos ou os processos de formação da profissão. Tal lacuna destaca a importância de expandir a discussão sobre a inclusão da política urbana e da mobilidade urbana na formação acadêmica, levando em conta sua relevância para entender a questão social atual.

Sendo assim, apesar das produções analisadas representarem avanços significativos, a baixa expressividade quantitativa do tema nos CBAS e ENPESS destaca a necessidade urgente de expandir e reforçar a discussão sobre transporte e mobilidade urbana no Serviço Social, tanto na pesquisa quanto na formação e na prática profissional. Abordar essas temáticas irão ajudar a fortalecer a mobilidade urbana como uma dimensão crucial na promoção dos direitos sociais e do direito à cidade, firmando entre a categoria uma discussão que antes era pouco discutida.

Referências

- BRANDT, Daniele Batista. **Produção Social do Espaço e Mobilidade Urbana das Pessoas com Deficiência e Doença Crônica na Cidade do Rio de Janeiro**. 2018. 192 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/23511/2/Tese%20-%20Daniele%20Batista%20Brandt%20-%202018%20-%20Completa.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro Editora, p. 58 2011. Disponível em: https://monoskop.org/images/f/fc/Lefebvre_Henri_O_direito_a_cidade.pdf. Acesso em: 01 set. 2025.
- MAGALHÃES, Marcos Thadeu Queiroz; ARAGÃO, Joaquim José Guilherme de; YAMASHITA, Yaeko. **Definição de transporte: uma reflexão sobre a natureza do fenômeno e objeto da pesquisa e ensino em transportes**. Transportes, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 1-11, set./dez. 2014. Disponível em: <https://transportes.anpet.org.br/anpet/article/view/655/520>. Acesso em: 15 dez. 2025.
- SANTINI, Daniel; SANTARÉM, Paíque Duques; ALBERGARIA, Rafaela. **Nota da primeira edição: Direito a se mover, direito a existir**. In: Mobilidade Antirracista. Belo Horizonte: Autonomia Literária, 2021. p. 9-10. Disponível em: https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2020/10/mobilidadeantirracista_amarelo-compactado.pdf. Acesso em: 15 dez. 2025.
- SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1990. Disponível em: https://www.academia.edu/39556414/SANTOS_Milton_Metr%C3%B3pole_Corporativa_Fragmentada_o_Caso_de_S%C3%A3o_Paulo_LIVRO. Acesso em: 10 set. 2025.
- SILVA, Ricardo Barbosa da. **Mobilidade precária na metrópole: problemas socioespaciais dos transportes no cotidiano de São Paulo - da exceção à regra**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-14052015-130006/>. Acesso em: 15 dez. 2025.
- VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de. **Mobilidade cotidiana, segregação urbana e exclusão**. In: BALBIM, Renato Nunes; KRAUSE, Cleandro Henrique; LINKE, Clarisse Cunha (org.). Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano. Brasília, DF: Ipea; ITDP, 2016. p. 63-64. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/160905_livro_cidademovimento.pdf. Acesso em: 15 dez. 2025.